

ICMBio

Edição 571 – Ano 12 – 21 de agosto de 2020

em foco

RAN completa quatro décadas de colaboração à ciência

Centros idealizam Projeto de Monitoramento Comunitário de peixes-boi

Pesquisadores lutam para salvar choquinha-de-alagoas da extinção



ICMBIO lança manual de Orientações Básicas para Projetos e Obras Sustentáveis

Unidades de conservação necessitam de estruturas para seu funcionamento: bases, acampamentos, trilhas, centros de visitantes e outras instalações funcionam como apoio aos servidores, colaboradores e demais usuários de uma UC. Assim, empregar técnicas ambientalmente sustentáveis, além de ser coerente com a missão do ICMBio, também é dar o exemplo.

Porém, nem sempre este é um assunto de fácil compreensão. Pensando nisso, a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/Diman) formulou o manual "Orientações Básicas para projetos e obras sustentáveis - um guia para gestores", que já está disponível para leitura [aqui](#). O material possui autoria de dois engenheiros civis e de uma arquiteta.

A ideia começou durante o I Seminário de Construções Sustentáveis: Materiais e Técnicas, realizado pela Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo

(Coest/CGEUP), em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2014. Durante o evento, uma das necessidades apontadas foi orientar gestores no desenvolvimento de projetos ou na implementação de obras nas unidades de conservação, já que a maioria deles não possui formação na área de engenharia civil, arquitetura ou áreas correlatas.

Foi então que o analista ambiental Romano Pulzatto Neto, que é engenheiro civil, abraçou este desafio em trazer um material acessível e que trouxesse dicas valiosas que apoiasse quem não é um profissional especializado nesta área. Somado a isso, Pulzatto também trouxe sua experiência como gestor de unidades de conservação, importante para um material voltado para os colegas "das pontas".

Assim nasceu o "Orientações Básicas para Projetos e Obras Sustentáveis - um guia para gestores" que, para Romano, "é uma publicação onde os

servidores responsáveis pelos projetos de construção civil e licitações podem buscar orientações gerais, visando a produção de projetos e obras sustentáveis, e os gestores das unidades descentralizadas possam acompanhar seu desenvolvimento e implantação".

O fortalecimento do setor de engenharia do Instituto ao longo dos anos, por iniciativa da CGATI e apoio da Diplan, culminou na

criação do Serviço de Infraestrutura de Obras e Projetos de Engenharia (Seinfra), em março/2020, e mais atualmente no Núcleo de Gestão e Assessoramento de Infraestrutura e Obras (NGInfra). Assim, nada mais natural que as publicações sejam adotadas por esses setores específicos. "As obras civis do ICMBio são executadas nas unidades de conservação e centros de pesquisa, locais ambientalmente sensíveis, e devemos intensificar os esforços para mitigação dos impactos nessas áreas, e assim dar um bom exemplo aos visitantes, parceiros e a sociedade em geral, adotando práticas cada vez mais sustentáveis", diz o chefe do NGInfra, Igor Vargas.

Os pontos focais para dúvidas relacionadas serão o próprio autor, Romano Pulzatto Neto (romano.pulzatto@icmbio.gov.br), e os representantes da SEINFRA, José Alberto Martinez Campos (jose.campos@icmbio.gov.br), e do NGInfra, Igor Vargas (igor.vargas@icmbio.gov.br).



ICMBio assina termo de compromisso histórico de regulamentação do uso da área do Sumaré, no Parque Nacional da Tijuca

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e representantes de empresas de telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro assinaram, no dia 13 de agosto, um termo de compromisso histórico que regulamenta o uso da área federal do Morro do Sumaré, no Parque Nacional da Tijuca, para atividades de radiodifusão e telecomunicações. O documento firmado hoje é importante porque, após 20 anos do início das negociações entre as partes, chegou-se a um equilíbrio entre o uso do espaço, sua cobrança e o compromisso das empresas de executarem as condições e regras do termo de compromisso.

O acordo celebrado tem como objetivo diminuir o impacto direto e indireto das estruturas instaladas e das atividades das empresas de radiodifusão e de telecomunicações. Ele regulariza as ocupações deste tipo de atividade por meio de pagamento proporcional à área ocupada. Além disso, o termo de compromisso diz que, ao longo de um prazo de aproximadamente 10 anos, as empresas devem apresentar um projeto de redução de suas áreas/infraestrutura e realizar ações concretas para garantir a completa remoção de equipamentos como torres, antenas e abrigos do Morro do Sumaré.

O presidente do ICMBio, Homero de Gorge Cerqueira, que esteve presente na assinatura do termo, ressalta que até hoje não tinha sido possível chegar a um acordo sobre como as empresas que ocupam o Morro do Sumaré poderiam estar lá de maneira regular e fala da importância do pagamento pela permanência



Termo regulamenta uso de área para radiodifusão e telecomunicações no Morro do Sumaré

no espaço. “Com o recolhimento deste pagamento, a União poderá utilizar esses recursos nas necessidades das unidades de conservação federais. É um trabalho de muitos anos e agora conseguimos encontrar um equilíbrio e firmar um acordo com as empresas privadas que estão no Sumaré. A partir de agora pagando pelo uso do espaço”. O ICMBio faz um agradecimento especial aos doutores Frederico Rios e Vicente Donnici; procurador Sérgio Suiama; e ao servidor do ICMBio Daniel Toffoli, que foram essenciais na construção deste termo para que fosse possível a assinatura na data de hoje.

O HISTÓRICO E AS OBRIGAÇÕES

Em 1999, foi feito o primeiro cálculo de cobrança pelo uso do espaço do Morro do Sumaré. Ao longo dos anos, foram desenvolvidas mais quatro fórmulas que tentaram chegar a um acordo pela cobrança do uso daquela área. Com a portaria do ICMBio de número 40, de 6 de maio de 2016, foram estabelecidas as normas e procedimentos para a regularização e somente com a portaria 828, de 2017, é que foi publicada a fórmula que leva em consideração a metragem quadrada dos abrigos e a metragem cúbica das torres – entre outros critérios. A partir da

negociação com a AERJ, as empresas associadas acordaram em seguir a regulamentação e a forma de cobrança.

Entre algumas das obrigações previstas no documento celebrado hoje, as empresas têm que elaborar e executar um projeto, técnica e economicamente viável, a ser previamente aprovado pelo ICMBio, prevendo a redução das estruturas e outros ao mínimo necessário à operação; remoção de espécies vegetais exóticas e invasoras e recuperação das áreas com espécies autóctones no projeto a ser aprovado pelo ICMBio.

ICMBio e IBAMA capacitam servidores do Núcleo de Conciliação Ambiental em realização de Análise Preliminar



Curso foi uma parceria entre IBAMA e ICMBio

No período de 3 a 14 de agosto, a Coordenação Geral de Proteção (CGPRO) do ICMBio, com apoio da Divisão de Conciliação Ambiental do IBAMA, realizou o Curso de Formação Básica da Equipe de Análise Preliminar (EAP), que envolveu servidores do Núcleo de Conciliação Ambiental (NUCAM) dos dois órgãos.

A Conciliação Ambiental foi instituída pelo Decreto Federal nº 9.760, de abril de 2019, que alterou o Decreto 6.514/2008, e se constitui como etapa anterior à instrução e julgamento dos autos de infrações ambientais. O objetivo da Conciliação Ambiental é o encerramento mais rápido, eficiente e eficaz dos processos administrativos, garantindo o correto cumprimento das legislações que versam sobre condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Em agosto de 2019, o Núcleo de Conciliação Ambiental foi instituído no âmbito do ICMBio e do IBAMA (Portaria Conjunta nº 1, de 07/08/2019),

passando as duas autarquias a se estruturarem internamente para a sua implementação. Na estrutura do ICMBio, este Núcleo está vinculado à Coordenação Geral de Proteção (CGPRO).

O Nucam é composto pela Equipe de Análise Preliminar (EAP) e pela Equipe de Condução de Audiências de Conciliação Ambiental (ECAC). A EAP é responsável pela análise preliminar do processo de autuação ambiental, se manifestando pela conformidade do auto de infração, realizando sua convalidação, quando for o caso, e decidindo sobre a manutenção da aplicação das medidas administrativas cautelares e demais sanções indicadas pelo agente de fiscalização no momento da autuação, previstas no Dec. 6.514/2008.

Já a ECAC recebe o processo analisado pela EAP para conduzir a Audiência de Conciliação Ambiental, onde é explanado ao autuado as razões que levaram à lavratura do auto de infração

e apresentadas as soluções legais possíveis para encerrar o processo, que são: o desconto para pagamento à vista, o parcelamento e a conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. É a ECAC quem homologa a solução legal escolhida pelo autuado para encerrar o processo administrativo, sem que isso exclua a obrigação de reparar o dano ambiental ou a apuração de demais condutas lesivas praticadas na esfera civil ou criminal.

A capacitação da EAP realizada em agosto foi a primeira que envolveu todo o corpo de servidores das autarquias que estão à disposição da Equipe de Análise Preliminar do Nucam, tendo sido capacitados 28 cursistas, ao longo de 65 horas entre aulas teóricas e práticas. A realização deste curso foi demanda do Ministério do Meio Ambiente, dentro de uma política de capacitação continuada dos servidores integrantes do Núcleo de Conciliação Ambiental. Em 2019, foram realizadas duas capacitações, uma para equipe da EAP e uma para a equipe do Nucam (EAP e ECAC), sendo o curso atual realizado com enfoque na equipe da EAP e nos temas relacionados à análise dos processos administrativos de apuração de infrações ambientais do ICMBio, bem como oportunidade de nivelamento de fluxos e procedimentos entre as duas instituições.

As aulas foram on-line, na plataforma Microsoft Teams, e apesar da densidade do conteúdo e da duração prolongada do curso, a equipe de instrutores avaliou que esse momento foi muito importante para integrar alguns entendimentos entre o corpo técnico do ICMBio e IBAMA que estão trabalhando com a Conciliação Ambiental. Para as coordenadoras da capacitação, Maressa Girão e Cláudia Sacramento, "foi um grande desafio transformar um curso pensado todo em formato presencial para uma versão on-line, sendo o primeiro curso inteiramente on-line realizado pela equipe da CGPRO. Envolvermos vários instrutores da fiscalização e membros do Nucam na elaboração e

desenvolvimento do curso, sendo duas semanas intensas de imersão e muitos aprendizados", declaram. "A Conciliação Ambiental, quando implementada, apresenta-se como uma oportunidade de celeridade no andamento do processo administrativo e aproximação com o autuado, sendo importante que as instituições estruturarem de forma adequada e definam claramente seus fluxos de funcionamento, processo que pode ser mais bem trabalhado na realização deste curso.", concluem.

Daice Carrapateira, chefe da Divisão de Conciliação Ambiental da Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais do IBAMA, uma das instrutoras da capacitação, destacou que "o principal objetivo da Conciliação Ambiental é a obtenção de uma solução célere para o encerramento dos processos administrativos federais relativos à apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. As atividades da conciliação ambiental, executadas pela Equipe de Análise Preliminar e pela Equipe de Condução de Audiências de Conciliação, contam com ferramentas especialmente desenvolvidas pelo IBAMA e ICMBio para o seu funcionamento, por meio das quais busca imprimir celeridade e eficácia aos instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação dos autos de infração, decorrendo de um menor tempo de tramitação dos processos administrativos."

Este é um processo novo para ambos institutos, cujas competências de articulação e execução estão a cargo da CGPRO, no ICMBio, e da DICAM/CIAM, no IBAMA, sendo que as normativas, fluxos e sistemas operacionais estão em implementação. Há um esforço coordenado das autarquias na efetivação da Conciliação Ambiental, entendendo que este instrumento legal pode auxiliar no grande desafio de dar celeridade à apuração das infrações ambientais dos institutos, garantindo o cumprimento das legislações correntes.

Para mais informações sobre a Conciliação Ambiental, escreva para cgpro@icmbio.gov.br

RAN completa quatro décadas de colaboração à ciência

Os anos 70 foram considerados os anos dourados para a agenda do meio ambiente, da natureza e do desenvolvimento sustentável, um período conhecido a “grande década da ecologia”, quando surgiram inúmeras personalidades e iniciativas governamentais e da sociedade civil organizada que marcariam decisivamente os rumos do conservacionismo nacional e que até hoje são marcos na política ambiental.

Uma prova disso foi o surgimento de importantes projetos e programas contemporâneos de proteção, manejo e monitoramento da fauna, como o Centro de Estudos de Migração de Aves, atual Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves (Cemave), Programa Quelônios da Amazônia (PQA), Projeto Peixe-Boi,

Projeto TAMAR, entre outros igualmente relevantes – todos nascidos no “Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes”, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que era conduzido por idealistas e apaixonados pela natureza.

A partir do PQA surgia o Centro Nacional de Quelônios da Amazônia (CENAQUA). Por mais de vinte anos o PQA foi o carro-chefe do Centro Nacional de Manejo e Conservação de Répteis e Anfíbios, atual Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN).

Em 2011, o PQA, em razão de seus objetivos e diretrizes, retornou à tutela do IBAMA, fundamentalmente por ser a entidade responsável

pelo monitoramento e manejo de fauna silvestre não ameaçada de extinção e de interesse para exploração comercial. Assim, nessa época foi estruturado no RAN o Programa Nacional de Monitoramento e Manejo de Quelônios Amazônicos, seguindo os objetivos e diretrizes do ICMBio no contexto da conservação desses animais em áreas protegidas.

O Programa, que esteve sob gestão do RAN em seus primeiros 30 anos, é, sem dúvidas, uma das mais sólidas e exitosas políticas públicas para conservação da exuberante biodiversidade nacional, de reconhecimento internacional como um dos, se não o maior, programa de manejo de fauna silvestre existente do mundo. Só para se ter uma ideia dos resultados já alcançados, mais de 93 milhões de filhotes da família Podocnemididae (a mesma da tartaruga-da-amazônia) foram protegidos e devolvidos aos rios e lagos da Amazônia.

Além disso, mais de 890 mil matrizes foram monitoradas, esforços concretizados pela integração entre IBAMA, ICMBio e 62 entidades parceiras integrantes do Plano de Ação (PAN) dos Quelônios Amazônicos. Outras marcas relevantes são os mais de 900 voluntários e prestadores de serviços envolvidos diretamente nas atividades de monitoramento da reprodução e manejo conservacionista, e as mais de 2500 pessoas de comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, assentados e outros interessados (voluntários, estudantes, líderes comunitários, agentes públicos etc.) mobilizados e capacitados nos cursos de educação ambiental do Programa. Nenhuma iniciativa brasileira chegou perto desse resultado e pouquíssimos no mundo se assemelham a essa incrível conquista.

Além de ações com os quelônios, o RAN incentiva, estuda, promove e implementa ações de cunho socioambiental na pesquisa e monitoramento de outros répteis igualmente relevantes

Filhote de tartaruga durante eclosão: mais de 93 milhões de filhotes foram devolvidos aos rios brasileiros

Lagarto Placosoma cipoense, da Serra do Cipó, onde sua população é alvo de estudos de pesquisadores do RAN

para a biodiversidade e produção sustentável, como os crocodilianos, com ações integradas visando a organização e o desenvolvimento de uma nova cadeia de valores nas unidades de conservação federais.

Quanto à avaliação do risco de extinção de espécies, uma das atribuições do ICMBio, e que é capitaneada pelos centros de conservação, o RAN se responsabiliza pela avaliação da herpetofauna continental brasileira. O primeiro ciclo foi concluído em 2014, com 1695 espécies avaliadas quanto ao estado de conservação. Atualmente, esta avaliação encontra-se em seu segundo ciclo, com 1922 espécies de anfíbios e répteis avaliadas até o ano que vem. A enorme quantidade de informações gerada neste processo, destacando os dados geoespaciais, populacionais, biológicos, ameaças e ações de conservação, está sistematizada em plataforma digital de gestão de dados do Sistema de Avaliação da Biodiversidade (Salve), representando um dos maiores volumes

de dados de fauna disponibilizado à sociedade através do Portal da Biodiversidade (PortalBio).

No campo de pesquisa, o RAN tem contemplado a comunidade científica com a descoberta de novas espécies ou preenchendo as lacunas de conhecimento em espécies pouco conhecidas. Exemplos são a descoberta de novas populações do lagarto *Placosoma cipoense*, na Serra do Cipó, o cágado-do-paraíba (*Mesoclemmys hogei*), na Região Sudeste, o sapinho-narigudo-de-barriga-vermelha (*Melanophryniscus macrogranulosus*), na região Sul do Brasil.

O RAN prestou serviços ou apoiou mais de 100 unidades de conservação, realizando inventários da herpetofauna, planos de manejo, geoprocessamento, análises e prognósticos geoespaciais, avaliações dos efeitos negativos das espécies exóticas e invasoras, com propostas de controle e erradicação; estudos sobre efeitos do fogo e outras avaliações ambientais de atividades antrópicas impactantes; atendimento às

emergências ambientais; monitoramentos populacionais, em especial no âmbito do Programa Monitora; ações de educação ambiental; cursos de capacitação técnica em monitoramento, manejo e ecologia de répteis e anfíbios; manejos sustentáveis; capacitações voltadas à conservação da biodiversidade; apoio técnico à fiscalização, análises e avaliações ecológicas rápidas, entre outros inúmeros notórios serviços especializados. Somente na última década, foram mais de 50 projetos apoiados pelo Centro.

O resultado disso é uma equipe altamente técnica e capacitada, onde a produção científica não para. Nos últimos dez anos, os pesquisadores do RAN publicaram 68 artigos científicos em periódicos importantes. Protagonizaram a organização, edição e principal autoria da maioria das 50 publicações como capítulos de livros,

livros, manuais técnicos, protocolos metodológicos, guias e notas científicas; e ainda mais de 140 trabalhos científicos resumidos em anais de congressos, seminários, simpósios. No contexto da produção de documentos administrativos, destaca-se a elaboração de mais de 200 notas técnicas, manifestações e informações especializadas, entre outros documentos institucionais relevantes nesse período.

Na avaliação de sua coordenadora, Vera Luz, estes quarenta anos são apenas o começo de uma grande história que o RAN é capaz de construir. "O RAN, apesar do seu riquíssimo legado, ainda é uma jovem entidade. Há muito a contribuir para a pesquisa e conservação dos répteis e anfíbios brasileiros. Se depender da bela história desses quarenta anos do RAN, pode-se renovar a esperança de que as próximas décadas serão de valiosas e imensuráveis realizações", celebra.

Sapinho-narigudo-de-barriga-vermelha, uma das espécies raras estudadas pelo RAN

Tartaruga durante postura

Choquinha-de-alagoas é um dos pássaros mais ameaçados do mundo, uma população estimada em menos de 50 indivíduos

Pesquisadores lutam para salvar choquinha-de-alagoas da extinção

Um esforço coletivo mobiliza pesquisadores e conservacionistas de diversas instituições para reverter o destino de desaparecimento na natureza da choquinha-de-alagoas (*Myrmotherula snowi*). O pássaro, com um canto de assobios fortes, é uma das aves mais ameaçadas de extinção do mundo; perdeu habitat por conta do desmatamento e os poucos indivíduos que ainda restam na natureza vivem protegidos na Estação Ecológica (Esec) de Murici, em Alagoas, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Alguns dos seus parceiros de habitat, como o limpa-folha-do-nordeste e o gritador-do-nordeste, já foram declarados globalmente extintos.

Tudo indica que existem menos de 50 indivíduos da espécie na natureza e estão localizados dentro da Esec de Murici. Por isso, câmeras de segurança foram instaladas nas entradas da área nuclear onde vive a choquinha-de-alagoas e outras espécies endêmicas e criticamente ameaçadas de extinção. "Temos feito todo

esforço para manter essas espécies endêmicas e ameaçadas seguras dentro da unidade de conservação. E temos conseguido, pois as imagens das câmeras de segurança mostram a entrada somente de pesquisadores e observadores de aves credenciados neste local", explica o chefe da unidade de conservação e analista ambiental, Marco Antônio de Freitas.

Classificado como criticamente ameaçado de extinção, o pássaro foi incluído no Plano Nacional (PAN) de Conservação de Espécies da Mata Atlântica, coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave), do ICMBio. Reunidas, as instituições que compõem o PAN, e outras, incluindo a Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Grupo Especialista em Planejamento para a Conservação da UICN e o Parque das Aves, definiram um plano emergencial para salvar a espécie, que inclui o monitoramento do tamanho populacional e o habitat utilizado, para

entender como protege-la melhor na natureza e, possivelmente, reprodução em cativeiro.

A ausência de registros recentes em Pernambuco vem indicando que a espécie não existe mais no estado e habita apenas um fragmento de Mata Atlântica dentro da Esec de Murici. O monitoramento feito pelo biólogo e pesquisador do projeto da SAVE Brasil Arthur Andrade, que percorre mensalmente mais de 2 mil hectares em busca da choquinha-de-alagoas dentro da unidade de conservação, registrou menos de 20 indivíduos. "Além disso, estamos visitando fragmentos fora da Esec Murici, com grande potencial de ocorrência do pássaro, tanto em Alagoas como no estado de Pernambuco, porém até o momento não tivemos nenhum resultado positivo para a ocorrência da espécie em outras localidades", revela Andrade.

Além do monitoramento populacional, os pesquisadores também estão estudando os hábitos da ave. As informações sobre a biologia reprodutiva, habitat, hábitos alimentares e potenciais ameaças são fundamentais para o estudo da criação em cativeiro da espécie, caso esse seja o caminho escolhido pelos pesquisadores. "A previsão da extinção da choquinha-de-alagoas não é uma estimativa precisa. No entanto, se nada for feito, ela pode desaparecer em poucos anos. Esse cenário pode ser revertido com a adoção de práticas de conservação da espécie", ressalta o mestrando em Zoologia pela UFPB, Hermínio Vilela, que junto com Andrade, está estudando a espécie.

A população de choquinha-de-alagoas é hoje tão pequena que o grupo também concordou que há a eventual necessidade de considerar a reprodução assistida da espécie, ou seja, a reprodução sob os cuidados humanos. A reprodução em cativeiro é o último recurso usado para tentar salvar espécies que estão à beira da extinção, quando todas as outras possibilidades já foram esgotadas. Cientes de que esta estratégia pode ser necessária em um futuro próximo, o grupo está desenvolvendo os métodos necessários para o eventual transporte de ovos da natureza

e cuidado com filhotes, caso todos os parceiros envolvidos na conservação desta espécie, incluindo o ICMBio, decidirem que é preciso tentar a reprodução em cativeiro. O projeto conta com financiamento da National Geographic Society, BirdLife International e WWF-Brasil.

AVE FOI DESCRITA EM 1985

A choquinha-de-alagoas é uma espécie que tem 9,5 centímetros de comprimento e pesa 7 gramas. Habita regiões nucleares de fragmentos conservados de Mata Atlântica acima de 400 metros de altura e ao norte do rio São Francisco. Alimenta-se de pequenos artrópodes como grilos, baratas e aranhas que encontra em folhas verdes ou mortas. O macho é completamente cinza e a fêmea tem a plumagem cinza e marrom. A ave foi descrita em 1985, a partir de expedições feitas para a região de Murici por pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Além da unidade de conservação, historicamente a espécie foi registrada em outras três localidades em Pernambuco. Porém, a última vez que a espécie foi vista em Pernambuco foi em 2009.

A Esec de Murici, criada em 2001 e com 6.131 hectares, se destaca pela riqueza de espécies de aves endêmicas ameaçadas de extinção. O local é o lar de 17 aves ameaçadas de extinção global e outras 31 ameaçadas de extinção em nível nacional. Além da choquinha-de-alagoas, a unidade abriga outras aves criticamente ameaçadas de extinção como o zidê-do-nordeste, o cara-pintada, o jacu-de-alagoas, o vira-folha-pardo e o rabo-branco-de-margarette.

Todas essas espécies vivem na área nuclear dentro da unidade de conservação protegidas pela equipe do ICMBio. Além das câmeras para vigiar a entrada de pessoas nesta área de espécies ameaçadas, elas estão longe do barulho da cidade, vivem em um lugar calmo, tranquilo. Além disso, a choquinha vive em uma das maiores áreas que ainda existem da Mata Atlântica, em Alagoas, em bom estado de conservação ao norte do rio São Francisco, fator que favorece a sua permanência dentro da Esec de Murici.

Centros idealizam Projeto de Monitoramento Comunitário de peixes-boi

Uma ação integrada entre três Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio – o de Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), de Mamíferos Aquáticos (CMA) e o da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) – possibilitou a concepção e aplicação piloto de um projeto inovador de monitoramento comunitário de peixes-boi-marinho (*Trichechus manatus*). O monitoramento participativo aproveita as saídas para o mar de pescadores artesanais para registrar a ocorrência e mapear o uso do ambiente nas unidades de conservação federais pelos peixes-bois, espécie classificada no **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção** como “Em perigo”.

HISTÓRICO DO MONITORAMENTO DE PEIXES-BOIS

Os peixes-boi são monitorados desde a década de 1990 por meio de diferentes estratégias. A Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e a APA da Barra do Rio Mamanguape têm um longo histórico de resgates, reabilitação, reintrodução, capturas e monitoramento por telemetria. O CMA também utilizou por mais de uma década a metodologia de ponto fixo de observação, com a construção de torres de monitoramento espalhadas do Maranhão a Alagoas em importantes áreas de ocorrência.

As atividades voltadas à conservação do peixe-boi marinho tiveram início no estado do Maranhão com a expedição “Igarakuê” (1992), e em 2001 foi criada a base do CMA na estrutura do IBAMA, que realizava campanhas informativas e resgate de animais. Em 2007, implantaram uma destas torres de observação de peixes-boi em vida livre na Ilha do Gato, em Humberto de Campos (MA), onde o monitoramento era realizado por um comunitário local. Em 2015 várias

bases do CMA foram fechadas, e dentre estas, a base do estado do Maranhão.

Apesar do fechamento da Base do CMA em São Luís (MA), os longos anos de trabalho deixaram frutos para a conservação dos peixes-boi. Na comunidade Ilha do Gato, onde o monitor continuava a realizar o avistamento na torre de observação com o apoio da Prefeitura municipal, e a comunidade, a realizar o Festival de Preservação do Peixe Boi, iniciado em 2007.

O PROTOCOLO DE MONITORAMENTO COMUNITÁRIO

Os pescadores destas comunidades avistam com frequência peixes-boi em seus locais de pesca (pesqueiros) ou durante seus deslocamentos, e possuem notório saber sobre seus territórios. Assim, o projeto visa desenvolver e aplicar um protocolo de avistamento de peixe-boi em vida livre em unidades de conservação federais, coletando dados de ocorrência e avistagens de peixes-boi durante as atividades de rotina de pescadores das comunidades no interior ou entorno da UC.

Em 2018 foi realizado, pelo CNPT, o levantamento de informações com aprofundamento de dados sobre a Ilha do Gato. O protocolo foi criado no ano de 2019 em uma parceria entre as equipes do CNPT, CEPENE e RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá. “A base do processo é a motivação, capacitação e integração da população tradicional local, que planejam juntos atividades que permeiam reuniões, mutirões, oficinas, vídeos, intercâmbios e atividades práticas”, diz a analista ambiental Anna Karina Araújo. Ainda em 2019, foi realizado a montagem de um esqueleto de peixe-boi que estava enterrado na ilha (que contou com o apoio do Instituto Amares), a idealização do Espaço Peixe Boi (apoiado pela gestão da Resex), a reforma

e limpeza de maquetes e painéis informativos (apoiado pelo Cepene), reuniões do grupo de mulheres do Gato e a 1ª oficina de monitores da Ilha (apoiado pela colônia de pescadores de Humberto de Campos e engenheira de pesca Laís Mello).

Nesta oficina de desenho do protocolo houve a definição do método de registro e transmissão dos dados de duas formas: planilhas elaboradas de maneira participativa e adaptadas à realidade local ou envio de áudios para grupo de WhatsApp instituído para este fim. A frequência de preenchimento de planilha ou envio dos áudios ocorrerá diariamente ou sempre que houver avistagem de ao menos um peixe-boi. Foi elaborado ainda um roteiro ilustrado voltado a monitores com menor escolaridade. A ideia é, por meios didáticos, ter informações mínimas para o monitoramento de peixe-boi. O protocolo é aplicado pelo CNPT e monitores, e os dados serão sistematização e avaliados pelo CMA, e em seguida discutidos junto com os monitores em constante aprimoramento da técnica e integração de saberes acadêmicos e tradicionais. Segundo o analista Iran Normande, “o projeto apresenta baixo custo e alta capacidade de replicação, podendo ser aplicado em outras unidades de conservação com ocorrência de peixes-boi, ampliando a capacidade de coleta e análise de dados por parte do ICMBio em regiões onde estes dados são deficitários, ao tempo que engaja as comunidades locais em ações de conservação dos peixes-bois”.

Na reestruturação do ICMBio em 2020, com a publicação da Portaria nº 554, de 25/05/2020, o projeto de conservação dos peixes-boi retornou a coordenação ao CMA, assim mais um centro de pesquisa embarca na parceria com o CNPT para aperfeiçoamento e publicação do protocolo de monitoramento comunitário do peixe-boi. O projeto contribui para o monitoramento da biodiversidade, avaliação da afetividade das áreas protegidas no bioma marinho costeiro e integração de saberes tradicionais na conservação da espécie e gestão dos territórios.

Esqueleto de peixe-boi montado no Espaço Peixe-Boi

CMA lança protocolo para uso de drones em pesquisa e monitoramento de mamíferos aquáticos

Novas tecnologias de rastreamento, como as aeronaves remotamente pilotadas (ARPs), ou os populares drones, são cada vez mais utilizadas por cientistas para monitorar mamíferos aquáticos, especialmente pela sua capacidade de acompanhar as movimentações realizadas por eles.

Visando normatizar o uso destes equipamentos, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA) desenvolveu o "Protocolo do uso de aeronaves não tripuladas (drones) para pesquisa e monitoramento de peixe-boi-marinho e seu habitat", que pode ser consultado [neste link](#)

No documento publicado pelo CMA podemos encontrar as legislações e regulamentações referentes ao tema e quais modelos de aeronave e software de pilotagem podem ser utilizados. A publicação também informa os limites de distâncias e alturas que devem ser respeitados durante cada tipo de atividade.

O protocolo também aborda temas como o uso dessa ferramenta em trabalho de estimativas populacionais, definição de áreas de uso comparada com outros métodos, a utilização de câmeras termais (sensores termográficos), mapeamento do habitat do peixe-boi-marinho e a possibilidade de realizar diagnóstico clínico não invasivo nos animais.

O material é voltado para profissionais, pesquisadores, instituições e empresas que necessitem fazer o uso dos drones para a pesquisa e monitoramento de peixe-boi-marinho e seu habitat, tendo como prioridade a segurança operacional.

Segundo a servidora e coordenadora do CMA, Fábيا Luna, o protocolo será de grande importância, pois servirá de ferramenta para todas as UCs e Centros de Pesquisas do ICMBio que possam vir a utilizar essa ferramenta de conservação e pesquisa.

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

Recrutamento para remoção

5 vagas

Local:

Coordenação de Pesquisa e Gestão da Informação sobre Biodiversidade Copeg/CGPEQ/Dibio

Cargos:

Analista Administrativo, Analista Ambiental e/ou Técnico Administrativo.

Prazo: 31/05

[Edital aqui](#)

Curta

Revista Bio Brasil divulga metas cumpridas

No começo de 2020, foi realizada a primeira reunião do Comitê Editorial da revista BioBrasil com os novos membros e com a dra. Keila Rego Mendes à frente como editora-chefe. Entre as metas estabelecidas estavam a migração para a versão mais atual do software da revista, a abertura para submissões em fluxo contínuo, o aumento de chamadas lançadas e a atribuição do DOI aos artigos.

Com o lançamento da edição Diálogos entre a Academia e a Gestão de Áreas Protegidas: Programa de Pós-Graduação Profissional – Biodiversidade em Unidades de Conservação, todas as metas foram cumpridas. Confira abaixo as novidades:

• Nova *page* na web

A página na Web da Revista Bio Brasil está de cara nova. Com melhor navegabilidade, mais agradável e com um visual mais limpo.

• Atualização do software

A versão da revista estava obsoleta e começava a mostrar incompatibilidade com alguns procedimentos, como a atribuição automática do DOI. Com a migração para a versão mais recente, a revista passa a ter mais agilidade e transparência nos processos editoriais.

• Informação sobre autores mais acessíveis

Com elaboração mais visível de menus de Orientação e normas de Formatação; Fluxo Contínuo e Envio de submissão.

• Novas chamadas abertas

• Fluxo Contínuo

Com o recebimento em fluxo contínuo, já está em produção uma edição para lançamento em 2020.

• Atribuição do DOI (em inglês, Digital Object Identifier)

Trata-se de um registro para arquivos digitais. Com a atribuição desse registro, é gerado um link por meio do qual o documento poderá ser recuperado rapidamente mesmo se o periódico não estiver mais publicado. Uma vantagem, além do pronto resultado em buscas, é que por ser um número único, uma espécie de identidade do artigo, ele facilita a contagem de citações, evitando que haja duplas citações ou mesmo citações incorretas;

• Elaboração de cronograma editorial para 2021

Além disso, estão sendo produzidos materiais instrucionais sobre o sistema da revista para os diferentes públicos (autor, editor, editor de seção, avaliador, leitor de prova etc.).

Para saber mais sobre a revista científica do ICMBio, acesse <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR> ou envie um e-mail para biodiversidade.brasileira@icmbio.gov.br

Operação Ouro Verde combate garimpo ilegal no Pará

Agentes de fiscalização do ICMBio estão, neste momento, em campo, no combate ao garimpo ilegal na Floresta Nacional (Flona) do Jamaxim, no Pará, executando a Operação Ouro Verde. Desde o dia 13 de agosto, os fiscais, com apoio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e da Força Nacional de Segurança, realizam incursões no interior da UC, constatando vários crimes ambientais, em especial desmatamento visando à atividade agropecuária e à mineração ilegal.

Já foram lavrados cerca de 15 autos de infração, que passam do montante de dez milhões de reais e mais de dois mil hectares

embargados. Os agentes também inutilizaram diversos maquinários e veículos utilizados pelos infratores para cometer os ilícitos, assim como desativaram um garimpo em início de exploração. Dois infratores foram conduzidos para a Delegacia de Novo Progresso, onde foram indiciados por desmatamento, caça e porte ilegal de armamento.

Esta é mais uma das operações de fiscalização em apoio às unidades de conservação geridas pela Unidade Especial Avançada (UNA) Itaituba, ocorrida dentro do projeto piloto Grupo Estratégico de Fiscalização. A operação termina no dia 24 de agosto.



Até o momento, fiscais já lavraram mais de dez milhões de reais em multas

Flona Tapirapé-Aquiri (PA)

João Marcos Rosa





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Marjore de Carvalho Malaquias

Chefe da Divisão de Comunicação

Marjore de Carvalho Malaquias

Foto da Capa

Marco Freitas

Colaboraram nesta edição

Carla Viviane – DCOM; Cassandra Oliveira – Nucam/DF; Equipe RAN; Fernanda Oliveto – CGPEQ; Marcus Carmo – Parna da Tijuca; Maressa Amaral – CGPRO; Matheus Soares – CMA; Ronny Freitas – CNPT; Serena Reis – COEST.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP:
70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br -
www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL